



gestão de ativos
sgoic

IMGA AÇÕES PORTUGAL
FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES

RELATÓRIO E CONTAS
2022

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE AÇÕES.....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	10
ERROS DE VALORIZAÇÃO	11
EVENTOS SUBSEQUENTES	11
NOTAS INFORMATIVAS.....	12
ANEXOS.....	15
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 20 de julho de 1995 como Fundo de Investimento de Ações Aberto.

Em 23 de outubro de 2000 foi realizada a fusão por incorporação dos Fundos Novo Fundo Capital, Atlântico Ações, Fipor Poupança Investimento, Europa Portugal Ações e Mello Ações Portugal no fundo BCP Ações, que nessa data alterou a sua denominação para AF Ações Portugal.

Em 31 de março de 2005 a sua denominação foi alterada para Millennium Ações Portugal.

Em 16 de novembro de 2015 passou a denominar-se IMGA Ações Portugal, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 25 de fevereiro de 2021, tendo sido constituída a 19 de março de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rentabilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rentabilidades foi considerável, perçível pela valorização do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos de Ações

Os mercados acionistas registaram um ano negativo em 2022, com os principais índices mundiais a variar entre 0,3% no índice inglês (o único a terminar o ano em terreno positivo) e -18,6% em índices de mercados emergentes, merecendo um destaque especial no âmbito dos índices europeus com menores capitalizações a boa performance do índice português PSI, com uma valorização de 2,8%.

Os fundos desta categoria, de maior risco, apresentaram uma grande disparidade nas rendibilidades por força das diferentes geografias dos ativos em que estão investidos. O fundo Ações Portugal obteve uma rendibilidade positiva de 4,4% enquanto o Iberia Equities ESG registou uma rendibilidade negativa de 2,5%, ainda assim longe das rendibilidades negativas de dois dígitos das restantes geografias.

Esta categoria, na sua globalidade, perdeu 4% em ativos sob gestão, apresentando subscrições líquidas positivas de €366M, embora o efeito de mercado tenha sido negativo em aproximadamente €500M. O total de ativos sob gestão desta categoria em Portugal era de €3.212M no final de dezembro de 2022 e representava 19% do total dos fundos de investimento mobiliários geridos pelas sociedades associadas da APFIPP.

Na IMGA esta categoria também teve especial destaque, uma vez que atingiu um valor de vendas líquidas positivas de €35,7M, obtido, em grande parte, pelo importante incremento de €28,2M no fundo Ações Portugal.

Os ativos sob gestão desta classe subiram de €219M em dezembro de 2021 para €243M no final de 2022, representando 6,7% do total da IMGA.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	4,39%	16,64%	6	3,23%	23,46%	6	1,92%	19,88%	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	4,38%	16,64%	6	-	-	-	-	-	-
IMGA IBERIA EQUITIES ESG CAT A	-2,46%	17,54%	6	-2,33%	23,62%	6	-1,94%	19,90%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	-12,91%	17,10%	6	-0,92%	21,25%	6	1,19%	18,30%	6
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	-12,93%	17,16%	6	-	-	-	-	-	-
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	-15,05%	19,69%	6	7,58%	20,14%	6	9,22%	18,09%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	-15,13%	19,73%	6	-	-	-	-	-	-
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	-14,47%	17,63%	6	5,76%	19,06%	6	6,40%	16,95%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	-14,42%	17,64%	6	-	-	-	-	-	-

Os fundos IMGA Iberia Equities CAT I, IMGA European Equities CAT I, IMGA Ações América CAT I e IMGA Global Equities Selection CAT I não têm rendibilidade a 1 ano.

Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi marcado pela turbulência generalizada nos mercados financeiros globais. A maioria dos mercados acionistas europeus registaram a maior queda anual desde 2018 e foram acompanhados pelos mercados de dívida, que também sofreram fortes desvalorizações. A subida da inflação foi a grande catalisadora desta dinâmica, ao forçar as autoridades monetárias globais a prosseguir políticas restritiva. A geopolítica voltou a ter um papel preponderante, fruto da invasão da Ucrânia pela Rússia, o que desencadeou subidas abruptas no preço da energia e alimentos a nível global.

A Europa voltou a ser palco de um conflito militar de grande escala, sofrendo diretamente as consequências económicas. A escalada do preço da energia, com destaque para o gás natural, expôs as fragilidades da política energética alemã, fortemente dependente do fornecimento russo de gás natural. A inflação atingiu 2 dígitos em 2022 e forçou o BCE a alterar a sua política. Para trás ficaram as taxas de juro negativas, com as sucessivas subidas ao longo do ano a deixarem a taxa de referência nos 2,5% e com indicações para mais aumentos a curto prazo.

O desempenho setorial na Europa inverteu a dinâmica de 2021. Em 2022, o setor energético foi a estrela, seguido por setores de cariz financeiro, com destaque para a banca e seguradoras, que beneficiaram fortemente da subida das taxas de juro. Do lado inverso, a subida das taxas deixou o setor imobiliário como aquele que pior performance registou. Os setores de cariz tecnológico reverteram parte dos ganhos do ano anterior, penalizados pela desaceleração económica e a compressão de múltiplos de valorização fruto da subida das taxas de juro.

Quanto ao mercado nacional, a sua composição setorial colocou-o entre os mercados acionistas globais com melhor performance em 2022. A bolsa portuguesa acabou por valorizar 6,8%, contrastando com o índice MSCI Europe, que desvalorizou 9%, e o MSCI World, que tombou 12,5%, em euros. A maior contribuidora para esta subida do PSI foi a Galp, que beneficiou da subida do preço do petróleo. O setor da pasta e do papel também esteve particularmente forte, com três títulos do setor no top-6 dos ganhos. A Greenvolt foi outro fator positivo, registando uma forte valorização no seu primeiro ano completo como empresa cotada em bolsa. Do lado das desvalorizações, surgiram quatro títulos, com os mais penalizados a serem Corticeira Amorim e CTT, com correções de 20% e 30%, respetivamente.

O IMGA Ações Portugal apresentou um desempenho acima do seu índice de referência. O Fundo foi limitado pela sua subexposição a Galp, que liderou os ganhos na bolsa de Lisboa, bem como a sobre-exposição a Corticeira Amorim e CTT, que encerraram o ano no lado oposto da tabela. Entre os maiores benefícios estiveram a subexposição a EDP e EDP Renováveis e a sobre-exposição a Greenvolt e Altri.

No início do ano o Fundo apresentava uma exposição pró-ciclo, assentando as suas principais apostas no setor de pasta e papel, com Altri e Navigator e de retalho alimentar, com Jerónimo Martins e Sonae. Com o deflagrar da guerra, foi tomada a decisão de adotar um perfil mais defensivo e, assim, foi incrementada em larga escala a exposição ao grupo EDP, em detrimento da exposição a Navigator. Assim, no final de 2022, o Fundo apresentava uma maior exposição a títulos que pudessem oferecer maior resiliência no ambiente de incerteza e inflação que se registava, traduzindo-se numa preferência ao grupo EDP, dado o seu perfil de baixo risco, aos títulos Sonae e Jerónimo Martins, na expectativa de uma boa dinâmica operacional e, por fim, a Altri face à boa performance que os preços da pasta demonstraram ao longo do ano.

A Categoria A do IMGA Ações Portugal apresentou, em dezembro de 2022, uma rentabilidade a 1 ano de 4,39%, tendo atingido um valor líquido global de €110,6M, correspondendo a um crescimento de 27,9% face aos €86,5M de dezembro de 2021. Desde o início do ano, esta Categoria registou vendas líquidas positivas de €20,7M, com subscrições de €26,8M e resgates de €6,1M.

Relativamente à Categoria R, a rentabilidade a 1 ano foi de 4,38%, no final de 2022, tendo atingido um valor líquido global de €35,1M, superior em 31% face aos €26,8M de dezembro de 2021. Esta categoria registou vendas líquidas positivas de €7,5M em 2022, integralmente constituídas por subscrições.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Aberto de Ações IMGA Ações Portugal

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Ações

Data de Constituição: 20 de julho de 1995

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 145 769 M Euros

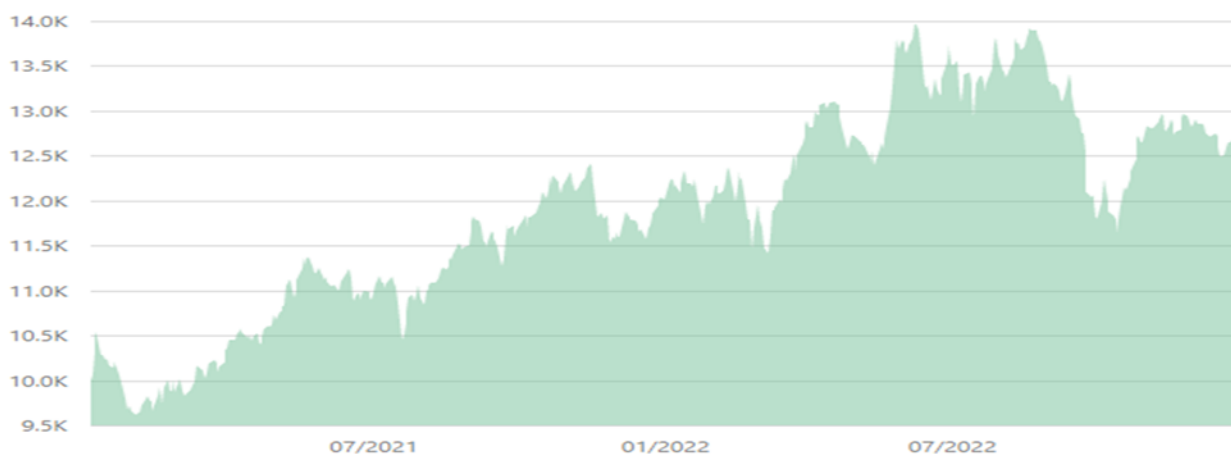
EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A										
Rendibilidade	22,7%	-13,2%	19,0%	-11,1%	23,1%	-12,4%	14,1%	-13,3%	21,6%	4,4%
Risco (nível)	6	6	6	6	5	5	5	7	5	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R										
Rendibilidade										4,4%
Risco (nível)										6

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. O OIC investirá os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da OCDE. O OIC deverá deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações. O OIC estará exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 10% do valor líquido global do OIC. Para a gestão da liquidez necessária, o OIC poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do OIC, tendo em conta a sua política de investimentos. O OIC não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo. O OIC pode recorrer, de acordo com a sua política de investimentos, à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do OIC.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação		1 769 162,3087	1 601 883,0156	1 725 737,0457	5 481 620,8427	6 717 035,5935
Valor Unitário UP (Euros)		13,1157	14,9705	12,9728	15,7776	16,4705
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R		31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação					4 494 286,7534	5 654 726,7837
Valor Unitário UP (Euros)					5,9530	6,2138

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2022		2021		2020		2019	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	109 717	95,4	86 978	42,4	16 679	34,7	19 611	31,8
Mercados União Europeia	Espanha	6 246		2 113		798		598	
	Luxemburgo					2 141		1 483	
	<i>sub-total</i>	6 246	111,2	2 113	83,8	2 939	1,0	2 081	0,4
Outros Mercados									
	<i>sub-total</i>	0	8,5	0	2,2	0	0,0	0	0,0
Total		115 963	215,1	89 091	128,4	19 618	35,7	21 692	32,2

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2022
Valores mobiliários	115 963 373,50
Saldo bancários	25 596 205,91
Outros ativos	4 536 470,48
Total dos ativos	146 096 049,89
Passivos	326 644,42
Valor Líquido de Inventário	145 769 405,47

TÍTULOS EM CARTEIRA

							(valores em Euro)	
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%	
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS								
M.C.O.B.V. Portuguesas	114 252 764	6 951 799	6 384 598	114 819 966	43 952	114 863 918	99%	
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	1 193 950	-	50 542	1 143 408	49 742	1 193 150	1%	
TOTAL	115 446 714	6 951 799	6 435 140	115 963 374	93 695	116 057 068	100%	

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

		(valores em Euro)
Rendimentos		
Rendimento do investimento		4 352 287
Outros rendimentos		144 607
As mais-valias de investimentos		57 251 683
Custos		
Custos de gestão		(2 857 213)
Custos de depósito		(98 524)
Outros encargos, taxas e impostos		(217 395)
As menos-valias de investimentos		(53 944 379)
Custos de negociação		(241 371)
Lucro líquido		4 389 695
Lucros distribuídos		
Aumento ou diminuição da conta de capital		
Subscrições		34 285 451
Resgates		(6 146 713)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

					(Valores em Euro)	
	IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R			
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP		
31.12.2020	22 387 474,06	12,9728				
31.12.2021	86 486 689,01	15,7776	26 754 283,94	5,9530		
31.12.2022	110 632 328,62	16,4705	35 137 076,85	6,2138		

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2022
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro					
Operações Sobre Cotações	24 477 200	9 449 398 872	(9 446 827 572)	1 518 200	27 048 500

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

.....→
IMGA AÇÕES PORTUGAL

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

		ATIVO				PASSIVO			
Código	Designação	31-12-2022		nm/p	Líquido	Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv					31-12-2022	31-12-2021
	Outros Ativos								
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM								
33	Ativos Intangíveis das SIM								
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>								
	Carteira de Títulos								
21	Obrigações	2.697.700	(54.187)		2.643.513				
22	Ações		(6.380.953)		113.319.861				
23	Outros Títulos de Capital								
24	Unidades de Participação								
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos de Dívida								
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	115.446.714	(6.435.140)		115.963.374				
	Outros Ativos								
31	Outros ativos								
	<i>Total de Outros Ativos</i>								
	Terceiros								
411+...+418	Contas de Devedores	4.442.776			4.442.776				
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	4.442.776			4.442.776				
	Disponibilidades								
	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	25.596.206			25.596.206				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	25.596.206			25.596.206				
	Acréscimos e diferimentos								
51	Acréscimos de Proventos	93.695			93.695				
52	Despesas com Custo Diferido								
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0				
59	Contas transitórias ativas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	93.695			93.695				
	TOTAL DO ATIVO	145.579.390	(6.435.140)		145.096.050				
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO								
	Valor Unitário da Unidade de Participação - Classe A				6.717.036				5.481.621
	Valor Unitário da Unidade de Participação - Classe R				5.654.727				4.494.287
	Capital do OIC								
61	Unidades de Participação								
62	Variações Patrimoniais								
64	Resultados Transitados								
65	Resultados Distribuídos								
67	Dividendos Antecipados das SIM								
66	Resultados Líquidos do Período								
	<i>Total do Capital do OIC</i>	145.769.405			113.240.973				
	Provisões Acumuladas								
481	Provisões para Encargos								
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>								
	Terceiros								
421	Resgates a Pagar a Participantes								
422	Rembolsos a Pagar a Participantes								
423	Comissões a Pagar								
424+...+429	Outras contas de Credores								
43+412	Empréstimos Obtidos								
44	Pessoal								
46	Acionistas								
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	324.492			397.180				
	Acréscimos e diferimentos								
55	Acréscimos de Custos								
56	Recetas com Provento Diferido								
58	Outros Acréscimos e Diferimentos								
59	Contas transitórias passivas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	2.153			2.153				
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	146.096.050			113.640.305				

(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021			31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	A vista			911	A vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	27 048 500	24 477 200	935	Futuros		
	<i>Total</i>	27 048 500	24 477 200		<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	27 048 500	24 477 200		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
	CONTAS DE CONTRAPARTIDA				CONTAS DE CONTRAPARTIDA		
99				99		27 048 500	24 477 200

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Código	CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS		
	Designação	Períodos		Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
711+718	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	78 174
719	De Operações Correntes			Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	141 264
	De Operações Extrapatrimoniais			De Operações Correntes	1 517
722+723	Comissões e Taxas	241 371	128 985	De Operações Extrapatrimoniais	
724+...+728	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 975 199	918 827	Rendimento de Títulos	
729	Outras Operações Correntes			Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 352 287
	De Operações Extrapatrimoniais			De Operações Extrapatrimoniais	
732+733	Perdas em Operações Financeiras	10 572 263	870 693	Ganhos em Operações Financeiras	
731+738	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos			Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	12 361 367
739	Outras Operações Correntes	43 372 116	11 172 235	Outras Operações Correntes	44 890 316
	Em Operações Extrapatrimoniais			Em Operações Extrapatrimoniais	
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			Provisões para Encargos	
7411+7421			1 383	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	5
7412+7422	Impostos indirectos	198 624	63 566		
7418+7428	Outros impostos			Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	20 589 581
751	Provisões do Exercício				
77	Provisões para Encargos	4 309	4 315		
	Outros Custos e Perdas Correntes				
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	57 358 882	13 160 003		
79	Outros custos e perdas das SIM			Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)			Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis			Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Excepcionais			Ganhos Excepcionais	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1 821
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)			Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	1 821
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	4 389 695	7 429 578	Resultado Líquido do Período (se<0)	
	TOTAL	61 748 576	20 589 581	TOTAL	20 589 581
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 041 283	7 174 785	Resultados Eventuais	1 821
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	1 518 200	1 242 874	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	4 583 318
B-A	Resultados Correntes	4 387 874	7 429 578	Resultados Líquidos do Período	4 389 695

Demonstração de Fluxos de Caixa

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		34 285 451		85 747 997
Subscrição de unidades de participação	34 285 451		85 747 997	
...				
PAGAMENTOS:		6 157 930		2 321 272
Resgates de unidades de participação	6 157 930		2 321 272	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		28 127 521		83 426 725
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		52 832 824		14 025 837
Venda de títulos e outros ativos	48 363 836		10 168 372	
Reembolso de títulos e outros ativos	0		100 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	0		2 543 281	
Rendimento de títulos e outros ativos	4 347 986		1 133 832	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	121 002		80 353	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		73 931 419		76 476 209
Compra de títulos e outros ativos	73 689 857		75 862 573	
Subscrições de títulos	0		128 483	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	0		355 839	
Comissões de bolsa suportadas	17 300		4 764	
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	197 881		123 668	
Outras taxas e comissões	103		552	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	26 279		330	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(21 098 595)		(62 450 372)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		66 992 316		22 280 635
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações	44 890 316		12 403 135	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	22 102 000		9 877 500	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		65 751 421		24 332 193
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações	43 372 116		11 172 235	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	22 375 000		13 153 500	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 305		6 458	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		1 240 895		(2 051 558)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		5		9
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	5		9	
PAGAMENTOS:		3 084 645		792 515
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	3		7	
Comissão de gestão	2 894 162		744 231	
Comissão de depósito	99 071		26 788	
Taxa de supervisão	18 058		4 832	
Impostos e taxas	73 347		16 647	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	4		10	
Fluxo das operações de gestão corrente		(3 084 640)		(792 506)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários	0		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		5 185 181		18 132 290
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		20 411 025		2 278 734
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		25 596 206		20 411 025

Notas às Demonstrações Financeiras

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Ações Portugal, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de julho de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. Para o efeito, investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de mil escudos (quatro euros e noventa e nove cêntimos).

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	49 768 652	7 977 705	5 803 095	(1 815 494)	(12 499)				61 721 459
Diferença p/Valor Base	(93 327 972)	18 781 053	1 723 598	(4 315 225)	(3 495)				(77 142 041)
Resultados distribuídos	-								-
Resultados acumulados	149 370 715						7 429 578		156 800 293
Resultados do período	7 429 578						(7 429 578)	4 389 695	4 389 695
SOMA	113 240 973	26 758 758	7 526 694	(6 130 718)	(15 995)	-	-	4 389 695	145 769 405
Nº de Unidades participação									
Categoria A	5 481 621	1 599 241		(363 826)					6 717 036
Categoria R	4 494 287		1 162 945		(2 505)				5 654 727
Valor Unidade participação									
Categoria A	15,7776								16,4705
Categoria R	5,9530								6,2138

Em 31 de dezembro de 2022 existiam 97 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	16.4705	110 632 329	6 717 036	6.2138	35 137 077	5 654 727	145 769 405	12 371 762
	30-09-22	15.5343	95 491 654	6 147 174	5.8607	30 710 035	5 240 063	126 201 689	11 387 237
	30-06-22	17.7561	105 597 057	5 947 103	6.6995	32 703 845	4 881 596	138 300 902	10 828 700
	31-03-22	16.9253	96 807 738	5 719 722	6.3857	28 698 830	4 494 287	125 506 567	10 214 008
Ano 2021	31-12-21	15.7776	86 486 689	5 481 621	5.9530	26 754 284	4 494 287	113 240 973	9 975 908
	30-09-21	15.3531	41 100 661	2 677 030	5.7928	5 915 655	1 021 225	47 016 316	3 698 255
	30-06-21	14.2951	30 185 565	2 111 616	5.3961	2 822 513	523 070	33 008 079	2 634 686
	31-03-21	13.6070	25 481 390	1 872 679	5.1341	360 101	70 140	25 841 491	1 942 819
Ano 2020	31-12-20	12.9728	22 387 474	1 725 737	-	-	-	22 387 474	1 725 737
	30-09-20	11.1353	16 787 586	1 507 603	-	-	-	16 787 586	1 507 603
	30-06-20	11.7917	17 925 942	1 520 225	-	-	-	17 925 942	1 520 225
	31-03-20	10.5282	16 017 546	1 521 397	-	-	-	16 017 546	1 521 397

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	4	90
UPs < 0.5%	3.434	7
TOTAL	3.438	97

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Obrigações Diversas	1 519 188	-	400 000	-	1 919 188	-
Ações	72 076 269	-	349 073 195	-	421 149 464	-
Direitos	-	-	139 740	-	139 740	-
Contratos de Futuros	-	22 375 000	-	22 000 000	-	44 375 000
Total	73 595 457	22 375 000	349 612 935	22 000 000	423 208 392	44 375 000

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	34 285 451	-
Resgates	6 146 713	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Geral Depósitos 5.75% 28/06/28	1 503 750	-	(3 645)	1 500 105	43 952	1 544 057
	1 503 750	-	(3 645)	1 500 105	43 952	1 544 057
-Ações						
Altri SGPS S.A.	15 191 012	-	(1 727 562)	13 463 450	-	13 463 450
B.Comercial Português-Nom.	7 306 173	-	(117 933)	7 188 240	-	7 188 240
Cofina - SGPS, SA	125 955	954	-	126 909	-	126 909
Corticeira Amorim-SGPS	7 250 715	-	(1 209 709)	6 041 007	-	6 041 007
CTT - Correios de Portugal SA	8 188 325	-	(1 997 525)	6 190 800	-	6 190 800
EDP Renovaveis SA	6 538 286	-	(292 256)	6 246 030	-	6 246 030
EDP-Energias de Portugal SA	7 592 781	559 875	-	8 152 656	-	8 152 656
F. Ramada Investimentos, SGPS	749 837	-	(30 398)	719 439	-	719 439
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	5 447 549	1 696 016	-	7 143 565	-	7 143 565
Greenvolt-Energias Renovaveis	3 258 159	3 293 841	-	6 552 000	-	6 552 000
Ibersol - SGPS, S.A.	673 495	114 932	-	788 427	-	788 427
Impresa SGPS	546 580	-	(207 797)	338 783	-	338 783
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	13 553 736	309 924	-	13 863 660	-	13 863 660
Mota Engil - SGPS SA	2 468 495	-	(260 426)	2 208 070	-	2 208 070
Navigator CO Sa/The	4 817 207	35 663	-	4 852 870	-	4 852 870
NOS, SGPS, SA	6 385 322	652 918	-	7 038 240	-	7 038 240
NovaBase - SGPS, SA	648 793	-	(122 050)	526 743	-	526 743
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	6 586 563	28 437	-	6 615 000	-	6 615 000
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	1 306 983	259 239	-	1 566 222	-	1 566 222
Sonae - SGPS	14 113 047	-	(415 297)	13 697 750	-	13 697 750
	112 749 014	6 951 799	(6 380 953)	113 319 861	-	113 319 861
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Novo Banco SA 8.5% 06/07/28	1 193 950	-	(50 542)	1 143 408	49 742	1 193 150
	1 193 950	-	(50 542)	1 143 408	49 742	1 193 150
TOTAL	115 446 714	6 951 799	(6 435 140)	115 963 374	93 695	116 057 068

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
 - g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
 - h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem

em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	6 420 432	5 801 195	12 221 627	-	-	4 352 287	4 352 287
Obrigações	-	-	-	47 569	93 695	-	141 264
Direitos	-	139 740	139 740	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	1 517	-	-	1 517
OPERAÇÕES A PRAZO							
Spots	-	0,01	0,01	-	-	-	-
Cotações	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	44 890 316	44 890 316	-	-	-	-
TOTAL	6 420 432	50 831 251	57 251 683	49 087	93 695	4 352 287	4 495 068

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	8.955.456	1.524.142	10.479.598	-	-	-
Obrigações	81.453	11.212	92.665	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	0,02	0,02	-	-	-
Cotações	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	43.372.116	43.372.116	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	2.565.747	291.466	2.857.213
de Depósito	-	-	-	88.871	9.654	98.524
de Supervisão	-	-	-	15.771	3.500	19.271
de Carteira de títulos	-	-	-	241.371	-	241.371
Outras	-	-	-	191	-	191
TOTAL	9.036.909	44.907.470	53.944.379	2.911.950	304.619	3.216.570

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	193 624	63 566
	193 624	63 566
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	-	1 383
	-	1 383
TOTAL	193 624	64 949

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	113 319 861	27 048 500	-	140 368 361

15. CUSTOS IMPUTADOS

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	2 268 837	2.26%	702 665	2.26%
Comissão de Depósito	78 236	0.08%	24 230	0.08%
Taxa de Supervisão	14 714	0.01%	4 557	0.01%
Custos de Auditoria	3 287	0.00%	1 018	0.00%
Outros Custos Correntes	71 587	0.07%	22 171	0.07%
TOTAL	2 436 661		754 640	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.43%		2.43%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

.....→
IMGA AÇÕES PORTUGAL

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Ações Portugal**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300FMI2UCCWAKJO33**

Código do fundo (CMVM): **109**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental : ____% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social : ____%	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de cerca de 86% do valor dos ativos do Fundo, sendo que 50% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 33% apresentavam risco médio e 3%

apresentavam risco elevando, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental que mais contribuíram para esta notação enquadram-se na proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas e eficiência na utilização das matérias-primas foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG de **Risco Baixo**. De salientar, no entanto, que das 24 entidades em carteira, 16 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 54% da carteira.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, penalizados principalmente por questões relacionadas com ética empresarial e relação com a comunidade.

Não foram detetadas quaisquer situações de *non-compliance* com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.

Notação de Rating ESG: Risco Baixo		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	48,4%	11,7%	17,3%	41,9%	10,5%	15,3%	31,0%	5,7%	9,2%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	32,1%	3,1%		25,6%	2,7%		14,6%	1,6%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	42,3%	2,5%		30,8%	2,2%		25,7%	1,8%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	11,1%	0,7%	20,1%	11,1%	0,7%	15,8%	11,1%	0,7%	9,6%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	43,9%	3,5%		32,4%	2,8%		20,2%	1,6%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	42,3%	2,6%		30,8%	1,7%		19,9%	0,8%	
	Ética Empresarial	50,8%	5,1%		39,3%	3,9%		27,1%	2,6%	
	Corrupção	5,7%	0,8%		5,7%	0,8%		0,0%	0,0%	
	Relação com a comunidade	42,3%	6,3%		30,8%	4,9%		19,9%	3,3%	
	Privacidade e Segurança de Dados	12,3%	1,0%		12,3%	1,0%		11,1%	0,7%	
Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%				
Corporate Governance	Corporate Governance	54,6%	16,6%	16,6%	43,1%	12,1%	12,1%	31,0%	8,3%	8,3%
Outros	Outros	25,7%	45,9%	45,9%	25,7%	1,2%	1,2%	25,7%	1,0%	1,0%
TOTAL		-	100,0%	100,0%	-	44,5%	44,5%	-	28,1%	28,1%
% Ativos do Fundo		100%			63%			40%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emiteente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de “**Risco Baixo**” resulta em 45% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 63% da carteira de ativos (ver gráfico de alocação de ativos abaixo). Destes cerca de 40% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 28% da notação. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emiteentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

--- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emiteentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emiteente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc.

A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem **a maior parte dos investimentos** assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022

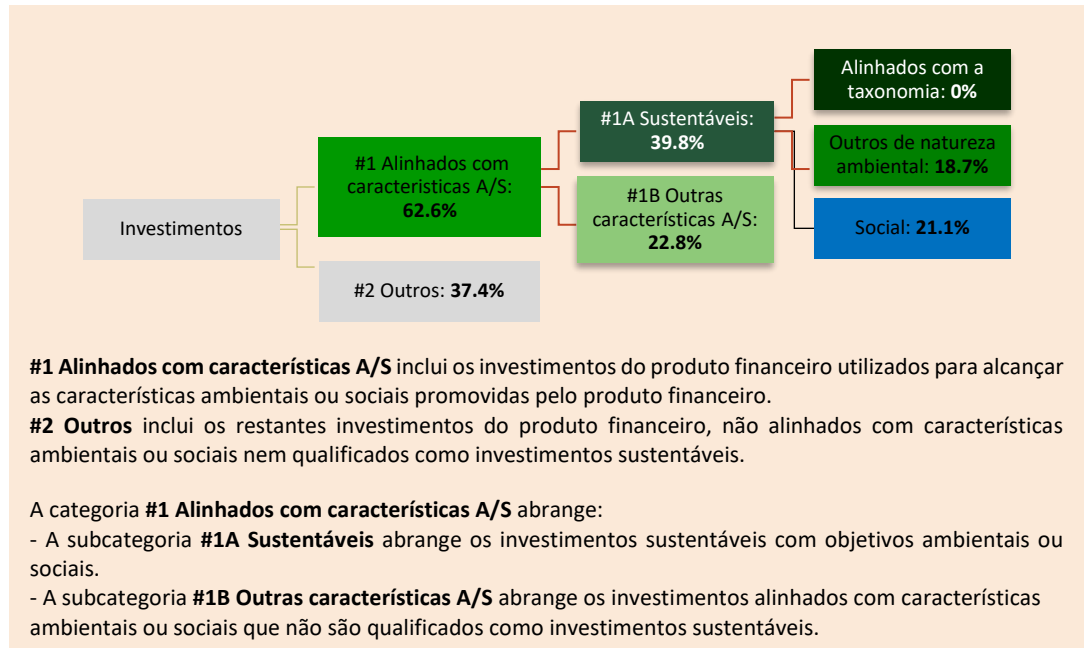
Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Consumer, Non-cyclical	9,50%	Portugal
Sonae - SGPS	Consumer, Non-cyclical	9,39%	Portugal
Altri SGPS S.A.	Basic Materials	9,23%	Portugal
EUR - Crédito Agrícola	Liquidez	6,85%	Portugal
EUR - Novo Banco	Liquidez	6,17%	Portugal
EDP-Energias de Portugal SA	Utilities	5,59%	Portugal
B.Comercial Português-Nom.	Financial	4,93%	Portugal



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Consumer, Non-cyclical	Food	18,89%
	Commercial Services	4,24%
Utilities	Electric	18,89%
	Forest Products&Paper	13,62%
Basic Materials	Iron/Steel	0,49%
	Banks	6,80%
Financial	Packaging&Containers	4,14%
	Engineering&Construction	1,51%
Industrial	Media	5,14%
	Oil&Gas	4,90%
Communications	Retail	0,54%
	Computers	0,36%
Energy	Depósito à Ordem	20,47%
Consumer, Cyclical		
Technology		
Liquidez		

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?**

Sim:

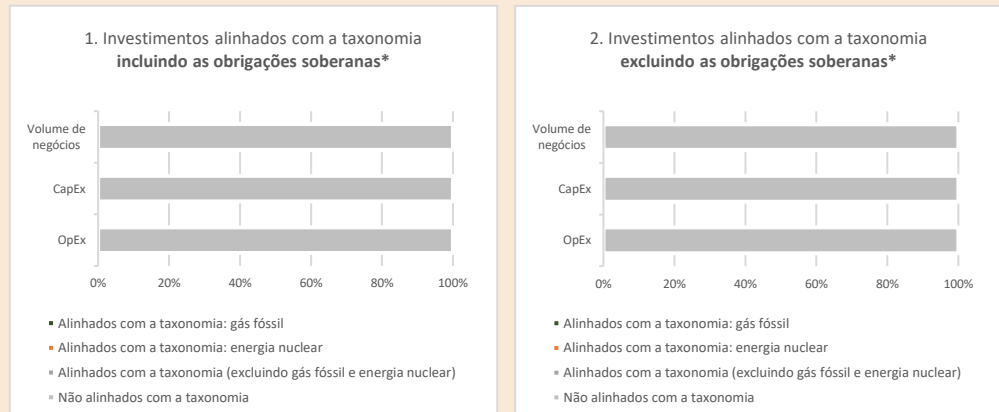
 Gás fóssil Energia nuclear

 Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.**

- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 39.8% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 21.1% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem ações de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados que permitam a sua avaliação e depósitos em instituições nestas mesmas condições.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Existe também o investimento em derivativos sobre o PSI-20, que, por se tratar de extrapatrimonial, não são considerados para os valores apresentados.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram realizados quaisquer investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA AÇÕES PORTUGAL

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 146 096 050 euros e um total de capital do OIC de 145 769 405 euros, incluindo um resultado líquido de 4 389 695 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

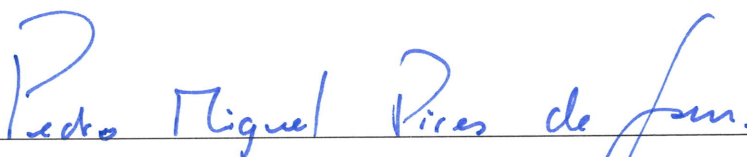
- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;



- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)